

DIMENSÕES PSÍQUICAS DO PODER EM *MULHER NO ESPELHO*, DE HELENA PARENTE CUNHA

*PSYCHIC DIMENSIONS OF POWER IN WOMAN BETWEEN MIRRORS, BY
HELENA PARENTE CUNHA*

Mayara Mayre Silva dos Santos¹

Resumo: Este artigo examina o romance *Mulher no espelho* (1985), de Helena Parente Cunha, com foco nas manifestações psíquicas do poder que se revelam nas personagens. Partindo da hipótese de que o poder não é apenas externo ou institucional, mas internalizado nas subjetividades por meio de processos de interpelação, o estudo considera o poder como uma força reiterativa que constitui os sujeitos na repetição performativa de normas sociais ligadas à cultura, patriarcado, religião e moral. Assim, o poder é incorporado ao psiquismo como estrutura reguladora de comportamentos e desejos, evidenciando conflitos entre obediência e resistência. Para embasar a análise, a teoria de Judith Butler (2017; 2022; 2023) sobre poder e interpelação é adotada como eixo central, complementada por Althusser (2022) e Foucault (2013). Esse estudo mobiliza, ainda, as contribuições de Homi K. Bhabha (1998) para aprofundar a compreensão dos processos de subjetivação, com ênfase nas noções de negociação e de entre-lugar, entendidas como espaços de articulação identitária nos quais os sujeitos se constituem de forma relacional, instável e atravessada por relações de poder. Ademais, a psicanálise de Freud (1997) e Lacan (1998) fornece instrumentos para compreender os mecanismos inconscientes que atravessam a constituição do sujeito, especialmente a noção lacaniana do “Estádio do Espelho”, que revela a cisão do sujeito e sua busca por uma completude inatingível. Derrida (1971, 2004) contribui com a desconstrução das categorias normativas e a interpretação do espelho como metáfora da subjetividade em *différance*, sempre incompleta e fragmentada. Como resultado da análise percebe-se que o romance, portanto, encena o processo ambivalente da sujeição, em que o poder que constitui os sujeitos também os limita, criando tensões internas entre submissão e subversão, num espaço psíquico de constante deslizamento em que poder e desejo se entrelaçam.

Palavras-chave: Crítica literária. *Mulher no espelho*. Formas psíquicas do poder. Teorias da interpelação. Processos de subjetivação.

Abstract: This article examines Helena Parente Cunha’s novel *Woman Between Mirrors* (1985), focusing on the psychological manifestations of power revealed in the characters. Starting from the hypothesis that power is not merely external or institutional, but internalised within subjectivities through processes of interpellation, the study considers power as a reiterative force that constitutes subjects through the performative repetition of social norms linked to culture, patriarchy, religion and morality. Thus, power is incorporated into the psyche

¹ Doutoranda em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista CAPES. Mestra em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: mayarasantos@ufgd.edu.br / <https://orcid.org/0000-0002-5854-6984>.

as a regulatory structure of behaviours and desires, highlighting conflicts between obedience and resistance. To underpin the analysis, Judith Butler's (2017; 2022; 2023) theory of power and interpellation is adopted as the central axis, complemented by Althusser (2022) and Foucault (2013). This study also draws on the contributions of Homi K. Bhabha (1998) to deepen the understanding of processes of subjectivation, with an emphasis on the notions of negotiation and in-between-space, understood as spaces of identity articulation in which subjects are constituted in a relational, unstable manner, traversed by power relations. Furthermore, the psychoanalysis of Freud (1997) and Lacan (1998) provides tools for understanding the unconscious mechanisms that underpin the constitution of the subject, particularly the Lacanian notion of the 'Mirror Stage', which reveals the subject's split and their quest for an unattainable wholeness. Derrida (1971, 2004) contributes to the deconstruction of normative categories and the interpretation of the mirror as a metaphor for subjectivity in *différance*, which is always incomplete and fragmented. As a result of the analysis, it becomes apparent that the novel thus enacts the ambivalent process of subjection, in which the power that constitutes subjects also limits them, creating internal tensions between submission and subversion, within a psychic space of constant slippage in which power and desire intertwine.

Keywords: Literary criticism. Woman between mirrors. Psychic forms of power. Theories of interpellation. Processes of subjectivation.

Considerações iniciais

Minha narrativa é porta-voz de minha indignação contra todo o tipo de abuso do poder, da violência... (Helena Parente Cunha)²

Nascida em Salvador, Bahia, Helena Parente Cunha (1930-2023) foi escritora, poeta, ensaísta, tradutora e professora brasileira, reconhecida por uma vasta produção crítica e literária e por sua atuação como pesquisadora. A autora esteve vinculada a pesquisas em torno de: literatura de autoria de mulheres, literatura brasileira, relações de gênero, violência simbólica, revisão do cânone brasileiro, dentre outros eixos. Viabilizando publicações dentro e fora do país, reúne mais de trinta obras publicadas (contabilizando também publicações em colaboração com outros autores e autoras) das quais estão organizadas em gêneros como ensaios, romances, poesias e contos. Sua primeira publicação ocorreu em 1978 com o livro *Corpo no Cerco*, que abriu espaço para muitas outras produções. Desde então, suas obras têm sido foco de muitas pesquisas nas academias. Dentre as mais estudadas constam: *Mulher no espelho* (1983) – que inclusive foi publicado também no exterior e é uma das obras mais conhecidas e estudadas da autora –, *Os Provisórios* (1980), *Vento Ventania Vendaval* (1998) e *As doze cores do vermelho* (1989). A autora publicou também inúmeros artigos e também diversos capítulos de livros.

² CUNHA, Helena Parente. As formas que o desejo toma. Entrevista concedida a Liana Rocha. Academia de Letras da Bahia. Seminário sobre a obra de Helena Parente Cunha. 2009, n.p.

Helena Parente Cunha não somente abordava em seus textos as temáticas supracitadas, como também tratava de temas como desejo, prazer, medo, entre outros.

Para essa análise, esse estudo tomará como base o primeiro romance publicado por Helena Parente Cunha, *Mulher no espelho*. A obra traz como temas centrais a subjetividade, a opressão patriarcal, as relações de poder, a linguagem, a memória, dentre outras temáticas. Centrada nas experiências subjetivas, a narrativa acompanha uma personagem que segue inominada até o final do romance e está situada em um constante processo de auto entendimento e compreensão de si mesma. Distante de uma narração convencional, é um texto construído com uma espécie de fluxo de consciência – um diálogo interno da narradora com sua imagem no espelho, suas lembranças e várias vozes que habitam o seu interior. Essa mulher se depara com sua imagem refletida no espelho, mas essa imagem não lhe devolve uma subjetividade fixa. Ao contrário, o espelho distorce e multiplica as faces da mulher: mãe, filha, esposa, amante, intelectual. Cada papel social que desempenha lhe impõe limites e silenciamentos, tornando sua subjetividade instável e cindida.

Em um movimento de auto análise e (re)construção, a narradora revisita suas relações afetivas e sociais, questionando o lugar que lhe foi designado pela cultura patriarcal. A linguagem desempenha um papel crucial, porque através da escrita ela busca reconfigurar seu corpo e reconstruir sua subjetividade ainda com o caos das imagens e dos discursos herdados. Por isso, a obra é marcada por metáforas que simbolizam a busca de si mesma enquanto sujeito, não como essência, mas como construção dinâmica e em constante deslocamento. *Mulher no espelho*, neste sentido, pode ser considerado um marco na literatura brasileira, pois ao utilizar o espelho como símbolo da alteridade e da multiplicidade, Helena Parente Cunha propõe uma nova forma de enxergar os sujeitos, não como unidade, mas como complexidade.

Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, esse trabalho propõe um diálogo entre a literatura, a filosofia e a psicanálise, ancorando-se metodologicamente na articulação entre a crítica feminista, os estudos de gênero, a análise discursiva de orientação pós-estruturalista e pós-colonial, e a leitura psicanalítica. Tal enquadramento orienta a investigação da constituição dos sujeitos nas e pelas relações de poder, compreendidas tanto em sua dimensão institucional quanto em sua inscrição simbólica e psíquica. Parte-se da hipótese de que o poder não opera apenas de maneira externa aos sujeitos, mas se manifesta também como uma força internalizada, os atravessa e molda as subjetividades por meio de processos de interpelação. Nesse sentido, os indivíduos tornam-se *lócus* reiterativos e, portanto, agentes performativos de normas sociais vinculadas à cultura, ao patriarcado, à religião e à moral. A interpelação nomeia

o sujeito, e a reprodução dessas normas garante a continuidade de seu papel social. No entanto, esse mesmo processo abre espaço para o desvio e para a repetição falha. Assim, a subjetividade se constitui como uma zona de tensão, sendo simultaneamente produzida e ferida pelo poder, oscilando entre a obediência psíquica às normas e a possibilidade de subversão performativa.

Nesse contexto, ao articular as noções de poder, interpelação e subjetividade, torna-se pertinente recorrer às teorias de Judith Butler, cuja obra se insere no campo da crítica feminista e da filosofia política contemporânea, para compreender como o poder se infiltra nos sujeitos por meio dos processos interpelativos. Em diálogo com as contribuições de Louis Althusser (2022) e Michel Foucault (2013), a autora retoma e tensiona essas formulações a partir de uma perspectiva discursiva e performativa, propondo uma concepção de sujeito marcada por uma relação ambivalente e paradoxal com o poder. Com isso, amplia os contornos da discussão ao deslocar o foco da simples sujeição para os mecanismos performativos que produzem e, ao mesmo tempo, abrem brechas na constituição normativa dos sujeitos.

O poder e a interpelação

Os filósofos Althusser e Foucault oferecem duas perspectivas fundamentais, porém distintas sobre o poder. De acordo com Althusser, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (2022), o poder opera principalmente através dos aparelhos ideológicos de Estado, mais precisamente, instâncias sociais de dominação como a escola, a igreja, a família, que operam interpelando os indivíduos como sujeitos, isto é, chamando-os a ocupar posições específicas dentro de cada estrutura social. No discurso de Althusser, essa designação ideológica centraliza as condições de reprodução dos processos de dominação, sendo internalizada de modo que, a medida em que o sujeito “reconhece” ou “responde/atende” a interpelação, acaba se enquadrando e assumindo sua identidade e função social como algo natural. Com isso, o filósofo estabelece a tese de que a ideologia convoca os indivíduos como sujeitos, sendo estes, então, constituídos por ela.

Louis Althusser define a interpelação como o processo por meio do qual os indivíduos são chamados a ocupar posições sociais específicas – como estudante, trabalhador, filho –, constituindo-se como sujeitos no interior das estruturas ideológicas. Nesse sentido, o poder não opera prioritariamente pela coerção direta, mas por meio da internalização de normas e valores disseminados por instâncias cotidianas, os chamados aparelhos ideológicos, como a escola, a família e a religião. Diferentemente dos aparelhos repressivos – como a polícia ou o exército –

, que atuam pela força, os aparelhos ideológicos funcionam de modo mais difuso, moldando comportamentos, afetos e modos de pensar.

No romance, essa dinâmica torna-se visível na maneira como a protagonista internaliza normas de conduta e as reproduz em sua vida cotidiana. Isso se evidencia, por exemplo, no modo como o sentimento de culpa regula suas ações: “Se me enraiveço com meu marido e meus filhos, sofro depois remorso que me rói até os ossos. Então procuro compensá-los de minha falta. Gostaria de seguir o exemplo de minha mãe que nunca perdia a calma com o marido e com os filhos” (Cunha, 1985, p. 23). Aqui, a culpa funciona como mecanismo de autopolicimento, levando a personagem a corrigir qualquer desvio em relação ao modelo ideal de esposa e mãe, herdado da figura materna.

Essa internalização das normas também se expressa na naturalização da obediência, como se observa na relação com a figura paterna: “Quando meu pai me proibia a praia ou o cinema e me mandava ficar em casa, fazendo companhia a meu irmão, eu não hesitava em obedecer. Sem dúvida, eu poderia resistir e sair contra a vontade dele” (Cunha, 1985, p. 20). Ainda que reconheça a possibilidade de resistência, a personagem opta pela submissão, evidenciando como a interpelação já operou em sua constituição subjetiva, orientando suas escolhas e limitando suas ações. Desse modo, o romance evidencia como o poder, ao operar por meio da interpelação, não apenas impõe normas, mas produz sujeitos que as incorporam, reiteram e, muitas vezes, têm dificuldade de delas se desvincular, mantendo-se inscritos em um campo contínuo de negociação com as normas que os constituem.

Foucault não utiliza necessariamente o termo “interpelação” especificamente como no vocabulário de Althusser. O estudioso francês trata mais diretamente sobre processos de subjetivação, discutindo sobre como os indivíduos se tornam sujeitos a partir de forças que os atravessam. De acordo com Foucault o poder é circular, não está centralizado apenas no Estado ou em seus aparelhos e não é uma força que alguém possui, mas sim algo que transita nas relações sociais. Com isso, o pesquisador determina que os sujeitos são formados por discursos e práticas de poder. Sendo assim, o sujeito é observado, normalizado e categorizado.

Na obra *Microfísica do Poder* (2013), o autor desloca o foco do poder centralizado e institucionalizado para um poder difuso, que circula em múltiplos pontos da sociedade. Para ele, o poder se exerce por meio de práticas discursivas, dispositivos disciplinares e modos de vigilância que moldam corpos, comportamentos e subjetividades. Em vez de operar apenas por repressão, o poder, em Foucault, é produtivo: ele fabrica sujeitos, saberes e verdades. O filósofo francês visa, com essas reflexões, discernir as manifestações do poder e suas particularidades

sobretudo em como o poder se manifesta em espaços específicos como asilos, prisões e hospitais, por exemplo. Segundo Foucault, nesses âmbitos são produzidos regimes de saber e verdade que se materializam em formas de dominação e controle de corpos, com vistas ao seguimento de modos de agir esperados e impostos pelo corpo social.

Há uma convergência nas duas teorias, porque ambas concordam com a ideia de que o poder forma sujeitos, mas divergem nos modos e aparelhos que viabilizam isso. Enquanto Althusser entende a ideologia como uma estrutura estável que interpela, Foucault entende que o poder se infiltra por meios de normas que regulam a vida cotidiana. Butler, por sua vez, ao recuperar essas teorias, passa a entender o poder como uma estrutura infiltrada na psique, que funda e oprime o sujeito ao mesmo tempo, passando a regular os sujeitos de dentro para fora.

Faz-se válido ressaltar que as publicações de Butler estão assentadas em um compromisso ético e político frente às discussões existentes sobre gênero e feminismo. Assim, ao recuperar outros teóricos e perspectivas, a teórica não possui a intenção de criticá-los ou anular suas proposições, mas sim de identificar possíveis lacunas e torná-las ponto de partida para novas reflexões.

Na obra *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição* (2017), Judith Butler propõe que o sujeito emerge em uma relação paradoxal com as normas que o constituem: sua subjetividade coexiste e depende da submissão a tais normas, mas é justamente essa dependência que abre espaço para a agência e a subversão. Essa tensão entre obediência e possibilidade de transgressão pode ser claramente observada em *Mulher no espelho*, cujas personagens revelam os efeitos da normatividade social sobre sua constituição psíquica. Por exemplo, a narradora afirma que “Não aceito desculpas nem justificativas para os meus erros, mesmo se praticados em criança. Errei. Assumi” (Cunha, 1985, p. 11), expressando tanto a internalização de um padrão moral rigoroso quanto a tentativa de assumir sua própria responsabilidade, em um gesto que simultaneamente reflete submissão às normas e abertura para a agência individual.

Com isso, Butler, ao aprofundar sua discussão sobre como o poder forma a subjetividade, promove uma crítica às noções de sujeito autônomo, pois afirma que o sujeito não é anterior ao poder, mas sim constituído por ele. Assim, assevera que os sujeitos são formados por normas e discursos que os antecedem, os quais, ao mesmo tempo em que os oprimem, possibilitam a sua existência como sujeitos e abrem espaço para a diferença.

Uma das principais discussões propostas em *A vida psíquica do poder* trata da subordinação psíquica, afirmando que os sujeitos somente poderão emergir no momento em que se submetem às normas sociais. No entanto, essa submissão não se dá de modo completo

ou estável e é assim que emerge a possibilidade de transformação. Para Butler, o sujeito se torna um *locus* de constante reiteração do poder e cada repetição abre espaço para uma falha.

Em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2022), Butler discute sobre a constituição ética dos sujeitos quando tentam narrar suas próprias vidas. A autora questiona até que ponto é possível dar conta de si e relatar a si mesmo de maneira completa e transparente. Para ela, o sujeito é opaco para si mesmo e é impossível ter um conhecimento total sobre quem somos. Constituídos por normas sociais como as da cultura, do patriarcado e da linguagem, os sujeitos são formados a partir do olhar do outro, o que torna impossível uma autoanálise plena e autônoma. Judith Butler, assim, argumenta que a constituição do "eu" depende fundamentalmente do outro, ou seja, ao tentar narrar a si mesmo, o sujeito o faz sempre a partir desse olhar alheio e de um espaço performativo moldado pelas interpelações.

A filósofa propõe um conceito de ética baseada na responsabilidade diante da alteridade, ou seja, pautada na consciência de que os sujeitos estão sempre implicados com o outro e que não há autonomia pura. Nesse sentido, a autora assevera que a ética não começa com o "eu" e sim com o "nós", demonstrando uma crítica à violência ética, correspondente à exigência de coerência ou transparência total do sujeito, como se houvesse possibilidade e obrigatoriedade de dizer tudo de si. Segundo a pesquisadora, tal exigência ignora as complexidades e os limites da subjetividade, porque o sujeito, ao tentar contar quem é, recai sobre diversas lacunas, identificações, esquecimentos e incertezas. Por isso, fazer um relato de si é sempre um processo inacabado e vulnerável. Deste modo, é notório que Judith Butler oferece uma crítica à ideia de sujeito autônomo e transparente, propondo uma ética baseada na vulnerabilidade, na incompletude e na relação com o outro. Sendo assim, relatar-se não é um ato de afirmação plena, mas uma prática ética que envolve responsabilidade, escuta e abertura ao que escapa à linguagem.

Na obra *Os sentidos do sujeito*, tradução que chegou ao Brasil em 2021, a autora dá continuidade à sua crítica sobre as noções tradicionais de sujeito, identidade e agência. Ela argumenta que o sujeito é constituído por normas sociais, relações de poder e pela linguagem. Ao longo do texto discute a noção de corpo como um lugar de vulnerabilidade e sobretudo como isso desafia a concepção de um sujeito soberano. Butler mostra que somos sempre dependentes dos outros, tanto de modo físico quanto simbólico e que isso afeta nosso modo de "agir" livremente. Ao discutir as questões de performatividade e agência, a escritora afirma que, embora os sujeitos sejam moldados por normas, a repetição delas poderá ocorrer de forma

subversiva. A agência, neste caso, não é uma simples liberdade individual, mas a capacidade de agir dentro (e às vezes contra) os limites sociais impostos.

No trabalho *Atos performativos e constituição de gênero: um ensaio em fenomenologia e teoria feminista* (2011), Judith Butler afirma que "a chamada identidade de gênero é uma realização performativa compelida por sanções sociais e tabus" (p. 3). Dessa forma, o gênero não é algo que o sujeito possua de forma interna ou essencial, mas se constitui por meio da repetição de atos ao longo do tempo. Cada fala, gesto ou movimento corporal contribui para a construção dessa identidade, de modo que, ao performar, o indivíduo estiliza continuamente papéis e encenações que reforçam a sensação de um gênero estabelecido. Nesse contexto, Butler enfatiza:

No entanto, se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, tais atributos constituem efetivamente a identidade que se diz que eles expressam ou revelam. A distinção entre expressão e performatividade é absolutamente crucial, porque se os atributos e atos de gênero, ou seja, as várias maneiras pelas quais um corpo mostra ou produz seu significado cultural, são performativos, não há nenhuma identidade pré-existente a partir da qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria nenhum ato de gênero verdadeiro ou falso, real ou distorcido, e a postulação de uma verdadeira identidade de gênero seria revelada como uma ficção regulatória (Butler, 2011, p. 11).

Assim, gênero e sexualidade emergem da repetição estilizada de atos performativos, em constante transformação, mostrando que a identidade de gênero não é fixa, mas continuamente construída social e corporalmente. A proposta de Butler é realizar uma análise crítica da formação do sujeito, deixando claro que em "nós" também existem esforços de desconstrução e emancipação. Esse é o paradoxo temporal do sujeito, que exige uma compreensão mais aprofundada da tensão e da coexistência entre poder e resistência. O poder não é apenas algo anterior e externo ao sujeito, mas atua desde o início, operando-se por meio da repetição. Assim, o poder se desloca de uma condição externa e anterior para algo reiterado no presente e projetado no futuro, manifestando-se continuamente no sujeito.

Assim, *Mulher no espelho* pode ser lido sob essa ótica, porque encena de forma crítica aquilo que Judith Butler analisa: a constituição dos sujeitos como um processo ambivalente, marcado simultaneamente pela sujeição e pela resistência, e atravessado pela atuação do poder tanto em sua dimensão externa quanto interna. Nesse contexto, torna-se evidente que a protagonista não consegue construir uma imagem de si ou relatar-se de forma completamente desvinculada das expectativas, julgamentos e discursos do outro. Partindo para as reflexões propostas por Althusser e Foucault, *Mulher no espelho* é um espaço em que as subjetividades

das personagens são moldadas tanto por meio de interpelações de aparelhos ideológicos, quanto por dispositivos disciplinares e normativos.

A escola, a igreja, o casamento e a casa operam, nesse sentido, como espaços institucionais de normatização e dominação, nos quais se produzem e se reiteram valores patriarcais que regulam a constituição dos sujeitos. Paralelamente, figuras como pai, mãe, filhos e marido também desempenham um papel fundamental na reprodução dessas normas, por meio de discursos e práticas que orientam comportamentos e delimitam posições sociais. Tal dinâmica pode ser observada já no espaço escolar, como evidencia a seguinte passagem: “A escola das freiras, onde a mulher que me escreve também estudou. Ela gostava de ir e voltar sozinha. Eu sempre andava acompanhada” (Cunha, 1985, p. 13). A breve cena revela uma diferença significativa entre as duas instâncias subjetivas – a narradora e a “mulher que me escreve” –, marcada pela oposição entre autonomia e vigilância. Enquanto uma experiência sugere certa liberdade de circulação, a outra indica controle e acompanhamento constante, evidenciando como a disciplina e a regulação dos corpos das mulheres são internalizadas desde a infância. Nesse contexto, a escola religiosa não apenas viabiliza a educação, mas também inscreve normas de conduta que atravessam a subjetividade, reforçando expectativas de comportamento associadas ao gênero. Assim, o espaço escolar, articulado a outras instituições, contribui para a formação de sujeitos que incorporam e reproduzem, muitas vezes de forma inconsciente, as estruturas de poder que os constituem.

A mulher no espelho: reflexos de um “eu” submisso e silenciado

A estrutura narrativa do romance desenvolve-se a partir da cisão subjetiva da personagem principal. Tal cisão manifesta-se por meio do diálogo estabelecido entre a protagonista e sua antagonista igualmente anônima, denominada “mulher que me escreve”, figura que pode ser interpretada como um *alter* ego da narradora e que intervém criticamente ao longo de seu discurso. O embate constante entre essas instâncias é possibilitado pela narração em primeira pessoa, que permite à protagonista articular um diálogo entre diferentes dimensões de sua subjetividade, figuradas simbolicamente pelo espelho, *locus* em que se tornam visíveis seus desejos reprimidos. As intervenções da “mulher que me escreve” são graficamente marcadas em itálico, distinguindo-se do discurso da narradora, apresentado em fonte regular, o que reforça a dualidade enunciativa e a tensão interna que atravessa a personagem. É nesse contexto que emerge a seguinte interpelação crítica:

Você não pode continuar a alimentar esta atitude absurda. É preciso ter consciência dos próprios direitos, sobretudo nos dias de hoje, final da década de 70, numa cidade como Salvador. A mulher deve reagir, não se permitir levar pelos caprichos e exorbitâncias da família. Você não pode continuar a viver assim (Cunha, 1985, p. 16).

A passagem evidencia o caráter confrontativo da “mulher que me escreve”, que assume uma posição discursiva de denúncia e conscientização, mobilizando um vocabulário alinhado às transformações sociais e às pautas feministas do período. Ao situar a fala no “final da década de 70” e em “uma cidade como Salvador”, o texto ancora a crise subjetiva da personagem em um contexto histórico específico, marcado pela emergência de discursos de emancipação de mulheres. Nesse sentido, a voz do *alter* ego funciona como instância crítica que tensiona a passividade da protagonista, incitando-a ao reconhecimento de sua condição e à possibilidade de ruptura com as normas que a aprisionam. No entanto, o fato de essa interpelação ocorrer no interior da própria subjetividade revela que tal conflito não se dá apenas no plano social, mas também no psíquico: trata-se de uma luta interna entre a internalização das normas e a emergência de uma consciência crítica que busca desestabilizá-las. Assim, o romance encena, em nível formal e temático, o embate entre sujeição e resistência, evidenciando a subjetividade como um campo de disputa atravessado por vozes conflitantes.

A narração em primeira pessoa permite que a personagem estabeleça um diálogo entre dois mundos por meio do espelho; espaço com o qual expressa seus desejos reprimidos. A protagonista então se apropria do inconsciente na tentativa de libertar esses desejos. Esse processo acompanha essa mulher multifacetada e plural, que exerce os papéis de filha, mãe, esposa, etc. Diante do espelho, busca reconhecer-se e reconstruir-se a partir das imagens, memórias e imposições sociais que moldaram sua existência. O texto, portanto, propõe uma crítica à opressão patriarcal e sugere que a busca por autonomia e liberdade se configura como um processo contínuo de reinvenção.

No plano narrativo, delineiam-se duas posições subjetivas: uma conformada aos padrões sociais e outra que os contesta, evidenciando a cisão subjetiva da protagonista. Ao longo do romance, nota-se que há esse confronto contínuo entre elas: “Gostaria de seguir o exemplo de minha mãe que nunca perdia a calma com o marido e com os filhos. A não ser quando eu me excedi. Mas aí ela tinha razão” (Cunha, 1985, p. 23). E então a “mulher que me escreve” responde:

E por acaso você não tem razão de ser impaciente com seus filhos, os filhos que matam a mãe todos os dias? E por que haveria de se manter impassível ante as agressões de seu marido? Nos tempos de hoje, alguém se mostrar subserviente ao ponto a que você chegou, somente mesmo arrastada por um patológico sentimento de culpa. Você tem necessidade de se punir. Você sabe muito bem que você não gostava de sua mãe. Você tinha ciúmes dela (Cunha, 1985, p. 23).

A passagem citada revela uma forte tensão emocional e simbólica, evocando diretamente o conceito de Complexo de Édipo, formulado por Sigmund Freud e posteriormente reelaborado por Jacques Lacan. Em termos gerais, o Complexo de Édipo descreve uma estrutura psíquica fundamental na qual a criança estabelece uma relação ambivalente com as figuras parentais: direciona desejo ao genitor do sexo oposto e rivalidade ao do mesmo sexo, sendo esse conflito mediado pela interdição – simbolizada pela função paterna – que introduz a lei e insere o sujeito na ordem simbólica. No excerto do romance, a explicitação do ciúme em relação à mãe e a presença de um sentimento de culpa “patológico” evidenciam a persistência dessa dinâmica na vida adulta da personagem, sugerindo que o conflito edípico não se resolve plenamente, mas se reinscreve em suas relações afetivas e em sua forma de subjetivação.

Essa leitura, no entanto, é tensionada pelo próprio texto, que problematiza a apropriação do discurso psicanalítico por meio da figura da “mulher que me escreve”, responsável por interpretar e interpelar a narradora:

A mulher que me escreve deseja falar, acha necessário uma explicação. Ela fez psicanálise, para apaziguar seus remorsos, os fantasmas de seus perigos. Não se libertou dos cacoetes adquiridos ao longo do tratamento e pensa que pode interpretar minhas reações infantis por meio de fórmulas mal digeridas das posturas freudianas que ela nunca estudou de fato (Cunha, 1985, p. 10).

Ao caracterizar essa instância como alguém que recorre a “fórmulas mal digeridas”, o romance introduz uma dimensão crítica que impede a leitura psicanalítica de se estabilizar como chave interpretativa única. Ainda que mobilize elementos centrais da teoria freudiana – como a infância, a culpa e os conflitos familiares –, a narrativa evidencia os limites de uma interpretação reducionista da subjetividade. Desse modo, o texto literário simultaneamente convoca e desestabiliza o aparato conceitual da psicanálise, expondo a complexidade dos processos de subjetivação que atravessam a personagem.

Ao longo do romance, essa dinâmica se manifesta de forma particularmente tensa na relação da personagem com a figura materna. A acusação de que “você não gostava de sua mãe” e de que “tinha ciúmes dela” explicita uma rivalidade que remete diretamente à lógica edípica, na qual a mãe deixa de ser apenas objeto de identificação para tornar-se também alvo

de ressentimento e disputa afetiva. Ao mesmo tempo, o sentimento de culpa mencionado na passagem pode ser compreendido como efeito da internalização das proibições e normas associadas à resolução do complexo, configurando um superego punitivo que, nos termos de Sigmund Freud, leva o sujeito à autossanção. Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando a narrativa explicita a relação da personagem com a figura paterna: “Querida dizer que, para viver bem com meu pai que eu amava, aprendi a viver para amá-lo. Um pai muito grande para os meus olhos pequenos” (Cunha, 1985, p. 15). A idealização do pai, descrito como “muito grande”, sugere a assimetria constitutiva dessa relação e reforça sua posição como figura de autoridade e referência simbólica.

Nesse contexto, o amor direcionado ao pai pode ser lido como expressão do desejo edípico, enquanto a necessidade de “aprender a viver para amá-lo” indica um movimento de adaptação e submissão às expectativas que essa figura representa. Tal configuração evidencia a centralidade do pai como objeto de investimento afetivo e também o modo como essa relação contribui para a constituição do sujeito, mediada por renúncias, repressões e pela internalização de normas. Assim, a tensão entre rivalidade materna, idealização paterna e sentimento de culpa revela a persistência da estrutura edípica na subjetividade da personagem, cujos efeitos se desdobram em suas relações e na forma como ela se posiciona diante de si mesma e do outro.

Além disso, a permanência dessa culpa na vida adulta, associada à submissão conjugal e à dificuldade de reação diante das agressões do marido, sugere que o conflito edípico não se resolve plenamente, mas permanece ativo como estrutura psíquica. Nesse sentido, o romance encena uma repetição deslocada desse conflito primordial: a rivalidade com a mãe e a busca por reconhecimento se reinscrevem nas relações afetivas posteriores, marcadas por dependência, culpa e autossacrifício. Assim, a narrativa literária ilustra o Complexo de Édipo e também evidencia como suas marcas podem persistir e se reconfigurar na constituição subjetiva, atravessando diferentes relações e momentos da vida do sujeito.

No trecho trazido anteriormente, a pergunta retórica: “E por acaso você não tem razão de ser impaciente com seus filhos, os filhos que matam a mãe todos os dias?” evoca a ideia freudiana da “morte da mãe” simbólica, ou seja, a necessidade psíquica de romper com a mãe para afirmar a própria identidade e ingressar na ordem simbólica representada pelo pai. Esse processo, porém, é acompanhado de sentimentos complexos como ciúmes e culpa, que a personagem reconhece em si mesma: “Você sabe muito bem que você não gostava de sua mãe. Você tinha ciúmes dela”.

Essa dinâmica reflete a ambivalência e a ambiguidade das relações familiares que atravessam a subjetividade da protagonista, revelando a luta entre a submissão às normas patriarcais (a subserviência aos “padrões” mencionados) e o desejo de resistência e reconstrução de si mesma. A obra, por meio dessa tensão, utiliza simbolismos e metáforas para problematizar as estruturas de poder e as prescrições sociais que moldam a experiência da mulher, propondo um espaço para a crítica e para a subversão dessas normas. Ao revelar sua estrutura familiar, deixa evidente a presença de um elemento castrador, o pai, que mantinha a filha resguardada aos valores patriarcais. Acompanhada dessa figura castradora está a mãe; sujeito que se mostra ausente e submisso diante das imposições paternas para com a filha. A figura materna, embora presente, aparece esvaziada de agência, inscrita em gestos repetitivos e discursos normativos:

A casa de meu pai, abrigo certo, minha dimensão de mundo. Ali, minha mãe se inscrevia, em silêncios e sussurros. Às vezes, quando meu pai não estava, eu a ouvia cantar, em voz baixa, suspiros e olhar perdido. Não eram as músicas do rádio, mas cantigas que só ela sabia e falavam de amor ou de dança, num salão todo cheio de flores. Minha mãe repetia certas frases. Normas de vida. Em primeiro lugar, o marido, em segundo, o marido, em terceiro, o marido. Depois os filhos. Sim, ela era muito feliz (Cunha, 1985, p. 21).

Na narrativa, o pai aparece como um dos principais agentes de repressão, ao qual as personagens estão sempre submetidas. Na fase adulta, esse papel repressivo é transferido para o seu esposo, que assume as atitudes machistas tais como as do pai da protagonista.

Há a repetição do pronome *eu*, em letras maiúsculas, ressaltando a centralidade de uma subjetividade marcada por processos de coerção e subjetivação. Esse “eu” narrativo é atravessado pela linguagem e pelo poder, constituindo-se como produto da dominação tanto externa quanto interna. Um “eu” que é, também, separado de si, um sujeito já cindido pela linguagem e pelo poder. Aquilo que a personagem narra como sua história é produto de uma dominação, de um poder externo e interno à ela e esse “eu” depende desse poder para a sua existência, porque o poder vai pressionando-a de fora para dentro. Na passagem: “Tudo que eu poderia querer, já quis. Acabou” (Cunha, 1985, 170) essa reflexão é pertinente, porque demonstra a repressão de seus desejos e afirma que o tempo já foi perdido. Não há mais espaço para subversão.

Neste sentido, a movimentação da protagonista recai na ambivalência da sujeição, pois ao mesmo tempo em que é subordinada pelo poder, depende desse poder para se tornar um sujeito. Assim, a sujeição pode ser entendida como um processo paradoxal do poder e o efeito da autonomia passa a ser totalmente condicionado pela subordinação na qual o sujeito prefere

existir subordinado, do que não existir de modo algum. Logo, “[...] a subordinação fornece a condição de possibilidade contínua do sujeito” (Butler, 2017, p. 16) em um movimento de tornar-se sujeito para e a partir do outro.

Com uma atmosfera predominantemente urbana e doméstica, as personagens se mostram em um lugar de (inter)ação com os códigos sociais apresentando, por meio da voz narrativa, os mecanismos de dominação e poder e como eles perpetuam as assimetrias de gênero sobretudo e principalmente no âmbito familiar. É nesse lugar que as protagonistas aparecem em condições de constantes restrições e desapropriação de suas vontades de realização pessoal, a qual deixa de ser individual e passa a ser coletiva, restringindo-se somente ao cuidado do lar, do marido e dos filhos.

A vivência da protagonista revela um cenário de incompletude e descontentamento familiar, marcado por uma constante instabilidade das subjetividades. Nesse contexto, há um projeto persistente de esvaziamento dos sujeitos, que a direciona a certas “escolhas” dentro de um mundo opressivo e anárquico. Esse ambiente, refletido tanto na realidade quanto na arte literária, expõe os sujeitos a múltiplas vulnerabilidades e desafios. Através desta obra, Helena Parente Cunha estabelece uma forte relação entre textualidade e subjetividade e nos apresenta as angústias de sujeitos que vivem no limítrofe entre a repressão e a idealização da liberdade.

Marcada, na infância, por um forte controle da Ordem do Pai: “Nunca via meu pai completamente. Não levantava a cabeça para falar com ele. Se ele não abaixasse até o meu temor, eu não veria a ruga que se afundava no meio de sua testa” (Cunha, 1985, p. 15) e pela presença rarefeita da mãe, essa mulher constitui-se em um ambiente atravessado por hierarquias rígidas e silenciamentos.

A ausência afetiva da mãe, somada à centralidade da figura paterna e à mediação dos cuidados por uma “ama de leite”, delineia uma infância marcada por deslocamentos no campo do afeto e da identificação:

De repente me vi uma menina grande, que toma banho sozinha, não precisa mais ouvir histórias antes de dormir. Meu pai comunicando aos amigos o nascimento do filho homem. Minha mãe sorrindo, entre lençóis de linho bordado. Minha ama queimando alfazema pela casa e afastando as moscas do cortinado de filó (Cunha, 1985, p. 9).

Tal configuração repercute na vida adulta da personagem, que passa a buscar uma forma de estabilidade por meio da reprodução de papéis normativos no casamento e na maternidade. No entanto, essa tentativa de harmonia, ainda que encoberta por uma aparência de

contentamento, revela-se atravessada por sinais de esgotamento, traduzidos em uma rotina pautada pela dedicação integral ao outro:

Quando ele volta para casa, depois da aula, tira o paletó e a gravata, veste o pijama de listinhas. Ela, muito solícita, aqui está seu chinelo, você quer leite ou água? Ela prepara o jantar como ele gosta, pouco tempero, nenhuma gordura, comidinha de dieta, por causa da úlcera dele. Depois do jantar, vão ver televisão, sentados juntinhos no sofá da sala. De vez em quando ela pergunta se ele quer um copo de leite (Cunha, 1985, p. 143).

Essa dinâmica é explicitamente reafirmada e reiterada diariamente pela própria personagem: “Meu marido acha que devo viver exclusivamente para ele, totalmente, exaustivamente para ele. Isto me faz muito feliz. Na opinião de meus filhos, toda mãe tem obrigação de se dedicar de modo absoluto a quem pôs no mundo. Esta é a razão da minha vida” (Cunha, 1985, p. 16). Esse conjunto de passagens evidencia como normas patriarcais se inscrevem profundamente na constituição subjetiva da personagem, orientando seus gestos, afetos e modos de existência. Ao “fazer-se” continuamente para o outro, ela encena uma identidade moldada por expectativas sociais que a posicionam no lugar de cuidado, abnegação e servidão. Nesse sentido, tal configuração pode ser compreendida à luz da noção de interpelação, conforme elaborada por Louis Althusser e posteriormente reelaborada por Judith Butler: a personagem é constantemente chamada a ocupar determinadas posições – esposa, mãe, dona de casa – e, ao responder a essas convocações, constitui-se como sujeito. Assim, sua identidade não apenas se forma, mas também se limita nesse processo reiterativo, evidenciando como o poder atua de maneira internalizada, produzindo sujeitos que, ao mesmo tempo em que reproduzem as normas, são por elas condicionados.

A memória, nesse contexto, desempenha um papel crucial para referenciar as complexidades da formação das subjetividades. As lembranças de infância, relacionamentos e experiências passadas são entrelaçadas na narrativa, moldando o seu pensamento sobre si mesma e sobre seu lugar no mundo. Regida pela culpa e autocensura, a protagonista navega pelas pressões de papéis enquanto filha, menina, mulher, esposa, mãe e dona-de-casa; e busca constantemente o seu próprio reconhecimento.

Guiada pelo autoquestionamento, a protagonista se pergunta: “Onde é o meu lugar?” (1985, p. 147) e no parágrafo final do livro afirma: “EU. Convergência esmagadora [...]. Não identifico o cheiro que o vento traz. Meu rosto. Inteiro. Sou EU” (Cunha, 1985, p. 171). Para a protagonista, não há sentido na libertação, porque segundo ela: “Ser livre por necessidade de

subverter um padrão, é o mesmo que se escravizar” (Cunha, 1985, p. 17). Aqui a protagonista demonstra que o apego à subordinação é gerado pelo poder e que parte dessa operação se esclarece nesse efeito psíquico.

Mulher no espelho e os processos de subjetivação

Homi Bhabha, em *O Local da Cultura* (1998), introduz conceitos fundamentais para pensar os processos de subjetivação a partir de uma perspectiva pós-colonial. Ao reconhecer o estereótipo como uma forma de domínio e poder, propõe uma análise e questionamento dos dogmas que colocam os sujeitos em lugares de opressão e discriminação. O autor pondera:

[...] o ponto de intervenção deveria ser deslocado do imediato reconhecimento das imagens como positivas ou negativas para uma compreensão dos *processos de subjetivação* tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo, julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política prévia é descartá-la, não deslocá-la [...] (Bhabha, 1998, p. 106, grifos do autor).

Os processos de subjetivação colocam os indivíduos em posições fixas, constantemente monitoradas por regimes de verdade. Esses processos dizem respeito a como as pessoas se tornam sujeitos, construindo suas subjetividades, experiências e formas de existir no mundo. Envolve a internalização de normas, valores e discursos sociais que moldam a percepção de si mesmas e dos outros. Desse modo, a formação da subjetividade é influenciada por fatores como cultura, poder, linguagem e relações sociais, e reflete a maneira como as pessoas se percebem e se posicionam diante de seus desejos e ações.

Para o autor, a identidade não é fixa ou essencial, mas constituída no entre-lugar da diferença cultural, um processo dinâmico, contraditório e ambíguo. Bhabha entende a subjetivação como um processo performativo e relacional, que emerge da interação entre culturas desiguais e conflitos frequentes. Em vez de subjetividades estáveis, o sujeito pós-colonial se forma na negociação constante entre diferentes discursos culturais. Esse processo é caracterizado pelo hibridismo, definido pelo pesquisador como a emergência de novas formas culturais e do ato de romper as lógicas binárias. Nessa perspectiva, o sujeito se torna sempre um “entre” sob constante transformação e ambivalência (Bhabha, 1998, p. 106).

A análise literária proposta nesse trabalho, portanto, se concentra em como o poder é interiorizado e se manifesta em sentimentos como culpa, inadequação, desejo e autoanulação, afetos que, segundo Butler, revelam a forma como as normas reguladoras se inscrevem na vida psíquica dos sujeitos. A obra, assim, reflete sobre os limites e as possibilidades de ação

CLARABOIA, n. 24, p. 44-63, ago./dez. 2025. ISSN: 2357-9234

individual diante de estruturas sociais que, além de impor condutas, também constituem o próprio “eu” que as vivencia. Sendo assim, vale a pena questionar: quem seria esse “eu” sem a subordinação? É importante destacar que esse “eu” só existe em função dos vestígios deixados pelo outro, um outro que pode se manifestar também como um ideal.

A busca por si, no romance, é marcada por ambivalências e ecoa importantes conceitos da psicanálise, notadamente desenvolvidos por Sigmund Freud e Jacques Lacan. Ao mobilizar elementos como o espelho, a linguagem e a memória, *Mulher no espelho* se desdobra em uma narrativa de autoconhecimento que dialoga diretamente com a teoria do inconsciente freudiano e com o conceito lacaniano de “Estádio do Espelho”. Em *O Ego e o Id* (Freud, 1997), Freud propõe uma estrutura psíquica composta por id, ego e superego, na qual o ego se constitui em constante tensão entre os desejos inconscientes e as exigências sociais – dinâmica que se torna visível na configuração das personagens do romance. Ao oscilarem entre diferentes papéis – filha, esposa, amante, mãe, dona de casa, intelectual – as personagens encenam essa tensão constitutiva, evidenciando a dificuldade de consolidar vontades e desejos próprios sem mediação, interferência ou projeção do outro.

Freud enfatiza que o ego se forma através da identificação com uma imagem externa, o que parece central na obra, já que a personagem confronta sua própria imagem como forma de auto definição. A obra pode ser vista sob a ótica das pulsões freudianas, especialmente a pulsão de vida (Eros) e pulsão de morte (Thanatos), que entram em conflito na busca da protagonista por auto compreensão e desejo. A presença do espelho funciona como espaço no qual as personagens enfrentam seus desejos inconscientes, suas angústias e o retorno do reprimido, conceitos amplamente desenvolvidos por Freud. O confronto com o reflexo simboliza a luta entre consciente e inconsciente, bem como a tentativa de integrar conteúdos reprimidos à consciência.

Essa tensão é visível quando a personagem observa: “Insubstancialmente. Não sabendo querer, não sabendo sentir, não sei saber o meu rosto no espelho. Anti-rosto. Despergunto. Improcuro. Anti-eu. Des-eu. Desespelho” (Cunha, 1985, p. 88). Em *Escritos* (Lacan, 1998), Jacques Lacan interpreta a formação do ego como resultado da identificação com uma imagem refletida – uma imagem que, embora aparente totalidade, é fundamentalmente ilusória. No romance de Helena Parente Cunha, o espelho não revela uma subjetividade plena, mas uma sucessão de imagens contraditórias: as personagens se veem e se perdem em seus reflexos, evidenciando a instabilidade do sujeito e o caráter especular de sua constituição.

A alienação do desejo na linguagem do outro é reforçada quando a personagem declara: “Tenho consciência da morbidez deste olhar em busca de quem em mim. Atravesso-me comigo e me perco de todos” (Cunha, 1985, p. 39). Lacan nos ajuda a compreender que o sujeito nunca é plenamente senhor de si; ao se reconhecer no espelho, ele se constitui como um “eu” já atravessado por uma divisão interna entre o imaginário e aquilo que escapa à simbolização. O pensamento de Freud é complementar a essa análise ao indicar que o ego se forma mediando conflitos entre id e superego, revelando o peso das normas internalizadas sobre o desejo inconsciente.

Essa condição de instabilidade e incompletude permite avançar da leitura psicanalítica para uma compreensão das relações de poder que atravessam sua constituição, porque o poder não se apresenta apenas como força externa, institucionalizada ou coercitiva, mas infiltra-se no plano da interioridade, moldando psiquicamente os sujeitos. Judith Butler, a partir de sua releitura de Althusser, argumenta que o poder atua performaticamente por meio da interpelação, constituindo o sujeito no ato de chamá-lo e fazendo com que este performe normas. Essa constituição nunca é plena ou estável, implicando uma repetição reiterativa de normas sociais, culturais e morais.

A perspectiva de Derrida traz outra dimensão a essa análise. Ao desconstruir a autoridade da linguagem, ele mostra que o sentido nunca é fixo, mas sempre adiado e deslocado – o que ele chama de *différance* (Derrida, 1971, 2004). Aplicando isso à subjetividade das personagens de Helena Parente Cunha, percebemos que o “eu”, formado a partir da interpelação a qual Butler discorre, também é marcado pelo deslizamento: nunca fechado em si, sempre atravessado por diferenças, repetições e deslocamentos de sentido. Esse movimento acaba retomando as proposições de Bhabha, pois, assim como o sujeito pós-colonial se constitui no entre-lugar, o sujeito literário de Helena Parente Cunha emerge em constante transformação, nunca coincidindo plenamente com uma identidade fixa.

O romance, desse modo, dramatiza uma subjetividade cindida, que vive sob a tensão constante entre vigilância, obediência normativa e desejo de ruptura. Tal tensão está no cerne da sujeição, como evidenciado nas passagens: “Eu dependo de meu marido. Meu marido depende de mim [...]. Os que mandam dependendo dos que obedecem. De quem a maior parcela de responsabilidade?” (Cunha, 1985, p. 72). Esse sujeito é, portanto, formado no entre-lugar do poder e da dependência, entre normas internalizadas e projeções de desejo, um ponto de diálogo entre Freud, Lacan, Butler, Bhabha e Derrida, que se torna bastante produtivo e pertinente à análise de *Mulher de espelho*.

Palavras finais

Conclui-se que o presente trabalho centrado em *Mulher no espelho*, endossa a riqueza simbólica e a complexidade subjetiva presentes no texto, destacando também por ser uma narrativa densa e multifacetada, capaz de abordar profundamente as múltiplas dimensões das experiências de mulheres. A obra apresenta personagens que vivenciam tensões internas e externas relacionadas ao poder, à identidade e às relações sociais, configurando-se como um importante espaço de reflexão sobre as subjetividades marcadas por normas culturais, patriarcais e sociais.

Embora amplamente estudada e com vasta bibliografia disponível, a originalidade deste trabalho reside na aplicação da perspectiva teórica de Judith Butler, abordagem ainda não explorada em análises desse *corpus*. Os estudos existentes, embora variados em suas metodologias, concentram-se majoritariamente em temas distintos dos trazidos aqui e/ou não se ocupam da chave interpretativa proposta aqui. A presente investigação, ao dialogar com essas discussões, amplia o campo dos estudos literários porque compreende uma leitura que integra filosofia, psicanálise e estudos de gênero, contribuindo para a construção de novos sentidos e ampliando o Estado da Arte no tema.

Além de enriquecer a interpretação literária da obra, esta análise propõe um aprofundamento das questões relativas às formas complexas de dominação e subjetivação. Assim, a pesquisa avança nos estudos literários contemporâneos e representa um gesto político, ao valorizar vozes historicamente marginalizadas como as de mulheres escritoras, e ampliar os repertórios da crítica feminista, dos estudos de gênero e da literatura de mulheres. Dessa forma, a abordagem proposta preenche uma lacuna relevante na pesquisa literária ao mobilizar uma chave interpretativa inédita para essa obra, contribuindo para o enriquecimento dos debates sobre literatura, poder e subjetividade e também como expressão do compromisso com a leitura crítica de Helena Parente Cunha, uma escritora que deixou um enorme legado teórico e literário.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. E. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.
- BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. Coordenação de tradução Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- CUNHA, Helena Parente. **Mulher no espelho**. São Paulo: Art Ed., 1985.
- CUNHA, Helena Parente. **As formas que o desejo toma**. Entrevista concedida a Liana Rocha. Academia de Letras da Bahia. Seminário sobre a obra de Helena Parente Cunha. 2009, n.p.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatiz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- DERRIDA, Jacques. “**O que é a desconstrução?**”. *Le Monde*, suplemento especial, outubro de 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.
- FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997. 68 p.
- LACAN, Jacques. **O estádio do espelho como formador da função do eu**. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 96 p.